



Ex. mos Senhores

Deputados da Comissão de Educação e Ciência

Lisboa, 17 de fevereiro de 2016

Os nossos melhores cumprimentos,

Temos acompanhado com natural apreensão a discussão pública em torno dos contratos de associação, nomeadamente o teor dos projetos de resolução apresentados pelo PCP e BE que se encontram em análise na Comissão Parlamentar de Educação e Ciência.

Nesse sentido, entendemos ser relevante para o enriquecimento do debate em curso remeter a V. Exas. uma breve apresentação do trabalho desenvolvido no Instituto Duarte de Lemos, uma escola cujo funcionamento depende exclusivamente do contrato de associação celebrado com o Ministério da Educação, desde o ano letivo de 1997/1998.

O Instituto Duarte de Lemos insere-se na Trofa, União de Freguesia de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga, concelho de Águeda, distrito de Aveiro, situada no Baixo Vouga (região centro do país, uma zona de transição entre o Litoral e o Interior). É um estabelecimento de ensino integrante da rede pública, financiado pelo Ministério da Educação ao abrigo de um contrato de associação, regulamentado de acordo com o novo Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, conjugado com a Portaria n.º 59/2014. O ensino ministrado neste estabelecimento é destinado a alunos do 2º e 3º ciclos de escolaridade. Trata-se de um estabelecimento de ensino que foi construído de raiz para dar resposta às necessidades educativas sentidas na zona norte do Concelho de Águeda. Ao longo de quase vinte anos de funcionamento tem respondido às aspirações de milhares de alunos e pais que encontraram nesta escola a oferta educativa adequada aos seus projetos de vida pessoais e familiares. Atualmente o Instituto Duarte de Lemos conta com 591 alunos distribuídos por 22 turmas (8 do 2º ciclo e 14 do 3º ciclo). Refira-se que este número de turmas tem vindo a ser alvo de ajustamentos nos últimos anos letivos, a título de exemplo - em 2011/2012 (24 turmas), 2012/2013 (23 turmas) e 2014/2015 (22 turmas). O Instituto Duarte de Lemos é responsável direto por 59 postos de trabalho, além de um importante impacto na economia local, nomeadamente ao nível da prestação de serviços e aquisição de bens de mais variada natureza. A ação do Instituto Duarte de Lemos pautou-se desde a sua fundação por uma postura absolutamente inclusiva e de serviço à comunidade onde se insere, repudiando de forma veemente quaisquer políticas ou medidas de seleção de alunos. Os dados remetidos ao Ministério da Educação ao longo dos 19 anos de funcionamento desta escola, bem como as diversas ações inspetivas da IGE, são inequívocos quanto ao que acabamos de afirmar. No presente ano letivo a nossa escola conta com 214 alunos abrangidos pela Ação Social Escolar, 36% do total, e 35 alunos com Necessidades Educativas Especiais. A vertente social manteve desde sempre um papel central na ação deste estabelecimento de ensino, nomeadamente no apoio às famílias mais desfavorecidas da comunidade educativa, quer diretamente, quer



articulando a sua ação com as instituições e entidades existentes. A título de exemplo podemos referir um sistema pioneiro de empréstimo de manuais, muito antes da lei o prever. A nossa presença na comunidade é visível tanto na vertente social como cultural. Contribuímos frequentemente para a visibilidade das obras sociais que nos rodeiam, participamos em todas as atividades da Câmara Municipal de Águeda dirigidas para as escolas, temos assento nos órgãos consultivos para a Ação Social e Educação no nosso concelho, alimentamos a vitalidade dos espaços culturais e sociais circundantes, apoiamos aqueles que se apresentam com carências sociais e económicas.

A cantina, que garante diariamente a refeição à esmagadora maioria dos alunos, é gerida diretamente pela escola, o que se traduz numa clara mais-valia para a comunidade educativa mas acarreta naturalmente outro tipo de encargos que uma situação de concessão não representaria. As vertentes pedagógica e social foram sempre a prioridade do Instituto Duarte de Lemos, o que se traduz na oferta absolutamente gratuita de um conjunto de atividades extracurriculares a todos os alunos. Estas atividades abarcam áreas como a Cultura, o Desporto e as Tecnologias, entre outras: a) Atividades desportivas como a Vela, a Canoagem, o Ténis de Mesa, o Andebol, o Basquetebol ou Xadrez; b) A existência de clubes em áreas como o Teatro, a Dança, a Música, a Leitura, o Cinema, a Fotografia, o Jornalismo ou os assuntos ligados à integração europeia; c) A introdução este ano letivo do Mandarim como possibilidade para que os alunos tomem contacto e prendam as bases de uma língua e cultura determinantes no mundo atual; d) O desenvolvimento de iniciativas na área das tecnologias e ambiente, com a participação em concursos nacionais e internacionais nestas áreas; e) A participação, promoção e organização de atividades de índole cultural (Concurso Literário D. Duarte de Lemos, Festival de Palco (Teatro, Dança e Música), entre outras). Contribuem decisivamente para a uma formação verdadeiramente global e completa que defendemos para todos os nossos alunos, um tipo de oferta educativa, cultural e desportiva de que uma grande parte dos alunos, por dificuldades financeiras ou familiares, se encontraria privada se não fosse a escola a proporcioná-la. No que nos é possível apresentar quanto ao sucesso escolar dos nossos alunos, começamos por afirmar que não temos abandono escolar. Os alunos atingem taxas de sucesso superiores à média nacional, sempre dentro da única oferta formativa de que dispomos, o ensino regular. Apesar de ser um dado desvalorizado pelos promotores dos referidos projetos de resolução, chamamos a atenção para os resultados obtidos pelos nossos alunos em relação às restantes escolas do nosso concelho (num dos rankings apresentados pela imprensa nacional, neste caso, o do Jornal de Notícias). É uma comparação com alunos da mesma área geográfica, com a mesma preponderância socioeconómico, ou seja, não há carácter distintivo para além do facto de que as escolas são diferentes.

Posição no ranking nacional - exames 6º Ano	Posição Ranking 2012	Posição Ranking 2013	Posição Ranking 2014	Posição Ranking 2015
Instituto Duarte de Lemos	253	192	230	305
Valongo do Vouga	528	452	467	420
Fermentelos	861	445	622	540
Fernando Caldeira	354	499	324	550
Aguada	654	371	284	638



Posição no ranking nacional - exames 9º Ano	Posição Ranking 2010	Posição Ranking 2011	Posição Ranking 2012	Posição Ranking 2013	Posição Ranking 2014	Posição Ranking 2015
Instituto Duarte de Lemos	163	237	82	180	149	249
Adolfo Portela	629	254	400	648	237	302
Valongo	941	677	291	363	419	345
Marques Castilho	474	728	383	199	847	386
Fermentelos	664	177	653	652	468	534
Aguada	609	1050	507	630	465	562
Fernando Caldeira	1093	1153	1272	1291	1224	1229

O lugar de destaque que obtivemos nestes anos advém dum forte investimento de trabalho dos nossos profissionais em preparação dos alunos para estes exames e para as restantes disciplinas, pois sabemos todos que os bons resultados nos exames não se obtêm sem os bons resultados nas várias facetas dos alunos. Acreditamos que o nosso trabalho também tem contribuído para a melhoria dos resultados das escolas que nos rodeiam, o que se constatará nas mesmas tabelas e que se vive na relação saudável que temos de parceria também com as escolas estatais da rede pública que todos servimos. Estes resultados escolares são alcançados com um custo médio por aluno de 3000€/ano. Contestamos a ideia de redundância de oferta e de custos, porque estes 3000€/ano acompanham essencialmente os alunos independentemente da escola para onde se dirijam (isto se assumirmos que um aluno numa escola estatal custa o mesmo que na nossa escola, o que sabemos ser um desafio difícil de concretizar). A este valor deverá ser descontado o somatório de contribuições para Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações, taxas e impostos que regressam para a Administração Pública. É relevante afirmar que o Estado não suporta os custos correntes com a gestão diária da nossa escola, recebe os valores de impostos, taxas e contribuições e também não tem que suportar o total de investimentos (4.000.000,00€ em 20 anos) para construir esta escola, comprar material pedagógico e manter todo esse material. O Estado não corre igualmente o risco de suportar os custos indemnizatórios em qualquer situação de redução de pessoal imposta por alterações legislativas (como as que temos sofrido nos últimos anos e podemos sofrer em anos vindouros).

Em suma, gostaríamos que ficasse registado que entendemos a aceitação dos projetos de resolução como um erro político, danoso do interesse público e do futuro do nosso país. Pelos postos de trabalho em causa, pelo serviço que prestamos e sua aceitação na comunidade, pela relevância social e cultural da nossa escola, pela eficiência na gestão de dinheiros públicos, pela poupança sucessiva proporcionada ao Estado e pela melhoria introduzida ao sistema educativo português, a contração do nosso contrato em pouco, muito ou na sua totalidade é um erro.

João Coelho

António Pinho

Diretores Pedagógicos do Instituto Duarte de Lemos